

UNIVERSIDADE PARA A DIVERSIDADE

REFLEXÕES SOBRE UMA CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DA UFRJ

UNIVERSITY FOR DIVERSITY

REFLECTIONS ON A TRAINING PROGRAM FOR UFRJ EMPLOYEES

Vinicio Kabral Ribeiro¹
Mônica Visconti de Melo²

RESUMO

O presente artigo analisa o curso “Universidade para a diversidade: relações étnico-raciais, gênero, sexualidades e cidadania”, realizado entre setembro e dezembro de 2020, ofertado aos servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da política de capacitação e desenvolvimento da instituição. O curso apresentou quatro módulos, sendo: 1 - Gêneros e sexualidades na universidade: perspectivas teóricas. 2 - Mídia e diversidade: representação, mercado e disputas de narrativas. 3 - Políticas de representação e cultura visual. 4 - Educação e saúde em uma perspectiva antirracista. Refletiremos sobre o contexto e criação do curso, as dificuldades e desafios na execução da formação e, por fim, a perspectiva das pessoas concluintes da capacitação.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Gênero, Sexualidade e Relações étnicorraciais; Cidadania.

ABSTRACT

This article analyzes the course “University for Diversity: Ethnic-Racial Relations, Gender, Sexualities, and Citizenship,” held between September and December 2020 and offered to employees of the Federal University of Rio de Janeiro as part of the institution’s training and development policy. The course comprised four modules: (1) Genders and Sexualities at the University: Theoretical Perspectives; (2) Media and Diversity: Representation, Market, and Narrative Disputes; (3) Representation Policies and Visual Culture; and (4) Education and Health from an Anti-Racist Perspective. We reflect on the context and creation of the course, the difficulties and challenges encountered in its implementation, and, finally, the participants’ perspectives upon completing the training.

Keywords: Diversity; Gender, Sexuality, Race and Ethnicity Relations; Citizenship.

1 UNIVERSIDADE PARA A DIVERSIDADE: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em agosto de 2020, no contexto do isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, a Pró-Reitoria de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro lançou a

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor Adjunto da UFRJ

² Mestre em Administração pela UFRN. Professora Adjunta da UFRJ.

“Chamada para Submissão de Projetos de Cursos destinados ao desenvolvimento dos Servidores Ativos da UFRJ”. A iniciativa integra a política anual de capacitação de servidores, em conformidade com o Decreto nº 9.991, de 11 de setembro de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). Uma das condições de participação era que a proposta apresentada não estivesse contemplada no rol de cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Essa exigência levou a equipe proponente a identificar a ausência, naquele período, de cursos voltados às temáticas de gênero e sexualidade no catálogo da Enap, constatação que orientou a formulação e submissão do projeto “Universidade para a Diversidade”.

O grupo foi composto pelos professores Vinicios Kabral Ribeiro, coordenador do projeto e tutor do primeiro módulo, “Gêneros e sexualidades na universidade: perspectivas teóricas” (à época docente da Escola de Belas Artes/UFRJ); Chalini Torquato Gonçalves de Barros (Escola de Comunicação/UFRJ), tutora do segundo módulo, “Mídia e diversidade: representação, mercado e disputas de narrativas”; Michelle Cunha Sales (Escola de Belas Artes/UFRJ), tutora do terceiro módulo, “Políticas de representação e cultura visual”; e Ana Lúcia Nunes de Sousa (Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde/UFRJ), responsável pelo quarto módulo, “Educação e saúde em uma perspectiva antirracista”.

As quatro pessoas docentes compartilham formação em Comunicação Social e trajetória de atuação em direitos humanos e cidadania, o que influenciou decisivamente a concepção e o desenvolvimento do curso. A inserção desse campo de conhecimento permitiu propor uma abordagem formativa ancorada na análise crítica das representações de gênero e raça, articulando teoria e prática por meio de dinâmicas próximas ao cotidiano dos participantes.

A proposta inicial previa 120 horas de atividades, divididas em quatro módulos de 30 horas cada, combinando aulas síncronas por videoconferência e atividades assíncronas mediadas pelo ambiente virtual Moodle. A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal solicitou ajustes, resultando na adequação da carga horária total para 60 horas. Após essas alterações, o curso foi aprovado e ofertado, com inscrições abertas entre 21 de agosto e 1º de setembro de 2020. Foram disponibilizadas 50 vagas, das quais 30 foram preenchidas por servidores da universidade.

Além dessa proposta, outros dezoito cursos foram ofertados na mesma chamada, abordando desde o uso de sistemas institucionais até estratégias pedagógicas adaptadas às condições do ensino remoto. Entre eles, constava o importante “Direitos humanos no atendimento ao público”, coordenado pela assistente social Bárbara Zilli Haanwinckel, que

também tratava de questões de gênero e sexualidade. Já “Universidade para a Diversidade” apresentava explicitamente, em seu subtítulo, as marcações de gênero, raça e sexualidade como eixo central de formação.

O surgimento e a aprovação institucional do curso devem ser compreendidos à luz das tensões que, nos últimos anos, foram acentuadas no campo educacional brasileiro, marcado por tentativas de deslegitimação dos estudos de gênero, raça e sexualidade. Nesse contexto, universidades públicas tornaram-se alvo de ataques de grupos conservadores e operadores de pânicos morais (Cohen, 2011), que buscaram restringir a circulação de saberes críticos e interdisciplinares sobre corpo, identidade e diferença.

2 DO KIT GAY À BRUXA QUEIMADA EM PRAÇA PÚBLICA: A UNIVERSIDADE SOB ATAQUES

Ao perguntar “Quem tem medo do gênero?”, Judith Butler (2024) descontina como esse campo de saber e de ação política se tornou o fantasma preferido das direitas globais. O pavor em torno do termo não é fortuito: discutir gênero assombra justamente o que há de mais frágil nas fantasias de pureza, natureza e família que sustentam os discursos reacionários. É nesse ponto de fissura que o medo se converte em mobilização estratégica, transformando o debate sobre corpos, direitos reprodutivos e identidades em instrumento de disputa moral e política.

Como dito anteriormente, a equipe executora do curso é oriunda da área da Comunicação, de tal modo que as imagens e as produções de sentido são constituintes das nossas abordagens. Para tanto, traremos duas imagens que, de certo modo, demonstram as formas e maneiras como o debate de gênero e sexualidade foi colocado como central no espaço público brasileiro, inclusive alçado como uma das questões decisivas para a eleição presidencial de 2018.

A primeira diz respeito à filósofa estadunidense Judith Butler, citada acima, que esteve no Brasil em setembro de 2015, por ocasião da realização do seminário “Desfazendo gênero”, realizado na cidade de Salvador, pela Universidade Federal da Bahia. A pesquisadora é uma proeminente teórica dos estudos de gênero, com forte atuação nos espaços acadêmicos e de ativismo desde o fim dos anos 1980. O seu primeiro livro traduzido para o português e publicado no Brasil foi “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” de 2003, lançado nos Estados Unidos em 1990. De certo modo, os trabalhos de Judith Butler circulavam entre os espaços acadêmicos e de ativismo. Mesmo nesses espaços, as repercussões de seus

escritos estavam muito vinculadas às discussões das Ciências Sociais, sendo levadas aos poucos para outras áreas do conhecimento.

Um pouco mais de dois anos após sua primeira vinda ao Brasil, exatamente em 7 de novembro de 2017, Judith Butler retornou ao país para participar de um evento no Sesc Pompeia, em São Paulo. Se na primeira vez sua passagem não foi percebida pelo público geral, dessa vez as cenas produzidas e veiculadas pelas mídias tradicionais e digitais pareciam narrativas insólitas³: retornamos à caça às bruxas, encenada, em que um boneco com o rosto da filósofa foi queimado em frente ao local do evento. Tal mudança de sensibilidade, em um curto período de tempo, demonstra como questões de gênero e sexualidade são orquestradas para disseminar pânico e fortalecer perspectivas políticas conservadoras. O pesquisador Rogério Junqueira (2018) destaca que a origem do sintagma “ideologia de gênero” se deu a partir dos anos de 1990, com forte difusão pela Igreja Católica em diferentes países. Recorremos aos argumentos de Gayle Rubin para corroborar as afirmações anteriores. Para a autora:

Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social (RUBIN, 2012, p.1).

A observação de Rubin, cuja citação acima se refere a um texto publicado em 1984, é atual e parece descrever o contexto sociopolítico do Brasil em 2024, especialmente se relembrarmos o Projeto de Lei 1904/24⁴, que prevê pena de até 20 anos de prisão para mulheres que interromperem gestações com mais de 22 semanas, mesmo em casos permitidos por lei, como estupro, anencefalia e risco de vida materna. O retrocesso em termos de saúde reprodutiva e direitos sexuais desencadeou grandes mobilizações populares, repercussão negativa para legisladores entusiastas do PL e rechaço da matéria pela opinião pública, o que culminou na suspensão temporária de sua tramitação.

Vale ressaltar que os debates de gênero, relações étnico-raciais e sexualidades no Brasil são frutos da sociedade civil organizada, impulsionados pelos movimentos feministas, negros,

³Sobre este episódio, ver, dentre outras matérias “A caça às bruxas”, de Ruth Aquino. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/ruth-de-aquino/noticia/2017/11/caca-bruxas.html>. Acesso: 04 nov 2025.

⁴ Sobre este projeto de lei, ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso: 01 nov 2025.

de diversidade sexual e operários⁵. Os mandatos do presidente Lula, entre 2003 e 2010, abriram maior diálogo com as representações de ativismo e promoveram políticas públicas visando à diminuição da desigualdade no país e à minimização de discriminações por gênero, orientação sexual, raça, classe, idade e pertencimento religioso. Foi um momento de expansão nas universidades federais, de discussão para implementação de leis de cotas raciais para ingresso de discentes nas graduações, assim como de fomentos e recursos para pesquisas com temáticas em direitos humanos e cidadania.

O “Ser-Tão”, núcleo de ensino, extensão e pesquisa em gênero e sexualidade da Universidade Federal de Goiás, criado em 2006, é um exemplo, entre muitos, de como as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, tiveram a possibilidade de criar, captar e destinar recursos, mesmo que módicos, para pesquisas e demais atividades com foco em questões que priorizam os marcadores sociais da diferença. O professor Vinicios Kabral Ribeiro, coordenador do curso “Universidade para diversidade”, foi membro do “Ser-Tão” e pôde participar como pesquisador júnior na construção da pesquisa “Políticas públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”. A pesquisa, desenvolvida entre 2009 e 2011, entrevistou gestores, ativistas e pesquisadores de nove unidades da federação e do Distrito Federal, nos níveis municipal, estadual e federal. Luiz Mello, Waldéres Brito e Daniela Maroja (2012) destacam que a ausência de legislação federal fez com que os grupos ativistas se aproximassem do Executivo Federal, mais aberto às demandas contra a discriminação. Os pesquisadores apontam alguns marcos e documentos utilizados na análise da pesquisa, a saber:

Criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004; realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008; lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais PNCDH-LGBT, 2009; publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 PNDH 3, 2009; criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil (Mello L, Brito W, Maroja D, 2012, sp).

⁵ Ver Sueley Carneiro (2003).

A pesquisa mapeou diversas ações conquistadas entre as articulações da sociedade civil organizada e as gestões locais. Contudo, também se verificou a fragilidade das mesmas, sobretudo por se tratarem de políticas de governo e não de Estado. O relatório da pesquisa foi encerrado no final de 2011. No caso do Executivo Federal, observamos que muitas ações, após o período do relatório, tiveram seus financiamentos reduzidos ou cortados nos mandatos da presidente Dilma Rousseff. Ainda sobre a pesquisa desenvolvida pelo Ser-Tão, que constatou a incipiente de ações e políticas voltadas à população LGBT, é importante ressaltar que:

O interdito ao usufruto de direitos que ainda atinge a população LGBT e outras, como negras/os, deficientes e mulheres, por exemplo, é justificativa mais que suficiente, urgente, para um debate de largo alcance sobre a aparente contradição que sustenta a tensão entre universalidade e especificidade. Não tematizar a homofobia reinante nos serviços públicos – federal, estadual e municipal – é contribuir para a continuidade de uma série de violências contra os sujeitos não-heterossexuais e para o não-enfrentamento dos ataques sistemáticos ao caráter laico do Estado brasileiro, feitos por grupos religiosos que elegeram a negação dos direitos sexuais e reprodutivos de LGBT e mulheres como motor fundamental de sua ideologia e atuação política, como destacado por várias/os ativistas entrevistadas/os (MELLO; IRINEU; FROEMMING; RIBEIRO, 2013, p.154).

A redução de políticas públicas, a ausência de interseccionalidade nas práticas do serviço público e o desfinanciamento de pesquisas, estudos e formação em diversidade podem ser explicados tanto pelo ajuste fiscal de 2015 quanto pelas mobilizações conservadoras em torno das questões dos marcadores sociais da diferença. São fatores que contribuíram para o fortalecimento e a efetivação de um golpe parlamentar que destituiu a presidente democraticamente eleita. As chamadas jornadas de junho, manifestações espontâneas pautadas inicialmente pela insatisfação com os reajustes das tarifas de transporte público, que tomaram diversas cidades brasileiras em 2013, também contribuíram para o cenário do golpe efetivado em 2016⁶.

Os campos políticos de direita souberam captar a insatisfação geral da população, especialmente com os modelos tradicionais de representação democrática, conseguindo ordenar grupos e movimentos que tinham como slogan “mudar tudo isto que está aí”. Não por acaso, a desinformação e as notícias falsas tiveram grande proliferação. Atentos ao tema do curso,

⁶ Para uma leitura aprofundada sobre as dinâmicas políticas recentes e as contradições no campo progressista brasileiro acentuadas nas jornadas de junho, ver Sabrina Fernandes, (2019), em que a autora analisa as crises de representação e organização das esquerdas no país. autora retoma a ideia gramsciana de “sintomas mórbidos” como resultado das contradições entre projeto político e prática, apontando para a necessidade de reconstrução de vínculos coletivos.

podemos citar o exemplo do “Kit Gay⁷”. O apelido pejorativo se referia a uma série de materiais produzidos em 2010 no âmbito do programa “Escola Sem Homofobia”, com recursos de uma emenda parlamentar da Comissão de Participação Legislativa, após cobranças do Ministério Público para a atuação do governo federal em ações que minimizassem a homofobia em espaços escolares.

Uma reportagem de Angela Pinho para a Folha de São Paulo, de 5 de setembro de 2022, traça uma genealogia do “Kit Gay” e mostra como ele foi reconfigurado de acordo com interesses espúrios. Um exemplo importante é a suspensão dos materiais pela então presidente Dilma, em maio de 2011, após ser chantageada por parlamentares que ameaçavam convocar o ministro Palocci, envolvido em um escândalo, caso ela não vetasse os produtos do programa “Escola sem homofobia”. A presidente atendeu ao pedido de suspensão e enunciou que seu governo não faria “propaganda de opções sexuais”.

Ainda na matéria citada, a jornalista Angela Pinho destaca que o tema foi ressuscitado na eleição presidencial de 2018, quando o então presidenciável Jair Bolsonaro, durante uma sabatina na bancada do Jornal Nacional, retomou a notícia falsa, desta vez a partir do livro infantojuvenil “Aparelho sexual e cia”, propagandeando que era um livro inapropriado e distribuído em escolas, o que não era verdade. O livro utilizava a linguagem de quadrinhos para falar sobre sexualidade, em uma abordagem pertinente à faixa etária infantojuvenil. Não foi distribuído em escolas, tratando-se apenas da aquisição de poucas unidades pela Fundação Biblioteca Nacional, destinadas a algumas bibliotecas públicas.

Outro fato relevante nas eleições presidenciais de 2018 foi o surgimento da notícia falsa sobre uma mamadeira⁸ com um pênis de plástico no bico, que teria sido distribuída em creches. Como o candidato Haddad foi ministro da Educação entre 2005 e 2012 e prefeito de São Paulo entre 2013 e 2016, as estratégias para desestabilização de sua candidatura tentavam associá-lo à degeneração moral e ao perigo que as crianças brasileiras corriam. Nesse contexto, podemos afirmar que:

A escola tornou-se, então, palco central dessa disputa, no qual professores e professoras ditos de “esquerda” eram acusados por cumprir “ordens” do governo “de esquerda” (como ficou identificado o PT nesses discursos) de inculcar seus valores em crianças e adolescentes indefesos/as (e também sem capacidade crítica, presumimos) através de uma “doutrinação (VENCATO; VIEIRA, 2021)”.

⁷ Sobre a questão do Kit Gay e a sua operação como um vetor de pânicos morais, ver Romancini (2018).

⁸ Sobre esta questão, ver a tese de Carlos Menezes (2024) “Expressões de uma “vingança adiada”: o kit gay e a mamadeira de piroca como movimentos performativos na linguagem”.

Podemos expandir a reflexão acima para o contexto das universidades públicas, frontalmente atacadas em múltiplos aspectos pelo então presidente Bolsonaro, assim como por muitos de seus ministros, incluindo os de Educação e Meio Ambiente. Professores foram chamados de zebras gordas por supostos altos salários. Ventilou-se, sem qualquer lastro na realidade, que os *campi* universitários eram locais de produção e consumo de drogas, além da acusação de que professores doutrinavam estudantes, sobretudo em questões de gênero, relações étnico-raciais e sexualidade. Um reflexo dessa perseguição foram as invasões orquestradas em aulas e debates públicos em universidades, bem como a perseguição a pesquisadores de temas sensíveis como ditadura e aborto⁹. Espalharam-se por diversos estados e municípios brasileiros projetos de lei que visavam coibir o ensino de “gênero” nas escolas. A universidade era, segundo essa narrativa, o celeiro de proliferação desses pensamentos.

Com esse panorama, é compreensível, mas não aceitável, que a ENAP, vinculada ao Executivo Nacional, não possuísse em seu rol de cursos nenhuma oferta que abrangesse as temáticas do curso oferecido no âmbito da capacitação de servidores da UFRJ. Deste modo, a equipe do curso se motivou a executá-lo e a contribuir para que o clima de autocensura se dissipasse. Ou seja, as intimidações oficiais do governo à época não impediram o cumprimento da missão da universidade: produção de conhecimento de qualidade, socialmente referendado e que contribua para a transformação social e a efetivação da cidadania. Na seção a seguir, detalharemos o processo de concepção, justificativa, objetivos, metodologia e avaliação do curso.

3 DESENHANDO O CURSO DE CAPACITAÇÃO NA UFRJ

Da publicação do edital ao início do curso tivemos um pouco mais de um mês para a construção do mesmo. O principal desafio era pensá-lo em um formato para a educação à distância, visto que as pessoas docentes envolvidas atuavam majoritariamente com o ensino presencial. Soma-se a isso os temores próprios do período da pandemia, o confinamento e o trabalho remoto, o que causava uma sensação coletiva de um “cansaço de telas”. Introduzimos nossa proposta com algumas questões:

Qual o papel da Universidade frente às transformações do mundo

⁹ Sobre esta questão ver Pinheiro-Machado (2019) e Fernanda Lopes e Alessandra Costa (2021)

contemporâneo? E de que forma pode a Universidade devolver à sociedade conhecimento e capacitação capazes de reduzir as desigualdades estruturantes do Brasil? Vivemos um momento ímpar diante do qual projetos de coletividade, amparo à pluralidade, acolhimento e potencialização das diferenças se fazem cada vez mais urgentes tanto como projetos pedagógicos como como projetos políticos que o ensino público e plural representa. Por isso, e em face ao momento político e histórico que o Brasil se encontra, o presente curso procura fazer parte do papel que a Universidade Pública deve assumir em constante diálogo com as urgências do nosso tempo. Além disso, a equipe que propõe o presente curso enxerga no conhecimento o caminho para superação da intolerância e na sensibilização do corpo administrativo da UFRJ potencial para um processo de maior acolhimento às diferenças. A presente proposta de curso toma como base teórica e metodológica críticas feministas, teoria queer e estudos decoloniais, contando com quatro módulos: Gêneros e sexualidades na universidade: perspectivas teóricas; Mídia e diversidade: representação, mercado e disputas de narrativas; Políticas de representação e cultura visual; e Educação e saúde em uma perspectiva antirracista (RIBEIRO; TORQUATO; SALES; SOUSA, proposta de criação do curso, 2020).

A equipe do curso enfatizou que estávamos em um contexto de fragilização dos direitos humanos e que a universidade não poderia se eximir na colaboração da superação das desigualdades sociais. Assim como apresentamos as bases teóricas e os campos de estudos que sustentariam a capacitação. Justificamos o curso da seguinte forma:

A sociedade civil organizada e as universidades têm buscado constantemente redimensionar a esfera pública, engajadas em lutas que visam reduzir as assimetrias sociais, as marcas da desigualdade com bases históricas na economia e política colonial, com o objetivo de justiça social e um outro projeto de nação. Se as últimas décadas foram marcadas por conquistas para populações excluídas, garantias mínimas de direitos humanos, políticas de proteção social e acesso à universidade, o presente se mostra perigoso e hostil. É recorrente, no cotidiano midiático, descrições de tentativas de censuras sobre práticas artísticas e educativas, relatos de crimes de racismo, feminicídio e o desrespeito aos direitos dos povos tradicionais. Assim como proposições, em inúmeras câmaras municipais e estaduais, de projetos aos moldes do “escola sem partido”, que mascaram seus interesses sob uma suposta isenção de conteúdos. Todavia, os interesses desses grupos políticos e ideológicos orbitam sobre a violência patriarcal, o conservadorismo, o racismo, a intolerância religiosa, sexista, classista e trans-lesbo-homofóbica. Os conceitos e vocabulários a serem trabalhados no curso operam, justamente, como máquinas de enfrentamento aos microfascismos, ao conservadorismo e à violência estrutural da formação da sociedade brasileira. São maneiras e políticas de resistência a um aparato estatal pautado pelo extermínio da juventude negra e pela criminalização da pobreza. Gênero, sexualidade e diversidade na universidade, tema do curso, buscam na inclusão uma forma de romper silenciamentos, a precariedade material e a exclusão dos espaços formais de ensino de pessoas que, por diversos motivos, estiveram fora do ensino superior. Trata-se de uma contribuição para esta nova configuração social da UFRJ, que exige um espírito arrojado, saberes e epistemologias plurais para superar a estrutura racista e opressora que constitui o tecido social

brasileiro. Desse modo, o curso se afirma como um posicionamento acadêmico e um compromisso com uma universidade popular e socialmente referenciada (Ibidem).

Podemos observar que o curso se amparava pela ligação histórica entre a sociedade civil e a universidade, assim como por um panorama de retrocessos sociais, ataques às liberdades de expressão, de cátedra e das artes, e pela proliferação de discursos de ódio e discriminação. A equipe se guiou pela necessidade de sensibilização e letramento das servidoras e servidores da UFRJ nos temas propostos, apostando também na possibilidade de replicação dos conteúdos assimilados, de modo a favorecer a circulação de saberes e práticas no interior da instituição.

No que se refere à fundamentação teórica da proposta, encontramos as bases em muitas autorias e perspectivas críticas:

As escolhas teóricas e metodológicas do curso se concentram nas reflexões e críticas feministas, teoria queer e estudos decoloniais. As articulações dos e das autoras desses campos de estudo alicerçam reflexões sobre a diversidade e suas pluralidades, em que a diferença não nos inferioriza. As estratégias de lutas, a linguagem e as operações de conceitos são históricas. Como propõe Avtar Brah (2006), o campo das experiências também o é. A identidade é forjada, modelada e construída a partir da experiência. E se a subjetividade é onde estabelecemos uma relação de sentido com o mundo social, com o outro e com o “eu”, a identidade se coloca como provisória, em construção, em fluxo, mas carrega em si um “núcleo”. Este núcleo demanda um “outro”, uma relação, uma sociabilidade, uma alteridade. A reflexão de Brah e de autoras vinculadas aos estudos culturais conduz à compreensão de que as histórias individuais e coletivas estabelecem uma relação de interdependência, sem reduzir experiências pessoais a uma coletividade abstrata. Ao olhar para as tramas e dramas sociais, podemos nos localizar e encontrar pontos de inflexão e alianças que nos ajudam a compreender o vivido. As identidades, experiências, diferenças e diferenciações são operadas nas e pelas relações de poder. Essa capilaridade performativa do poder atravessa as práticas da política, da cultura e da sociedade, implicando problemas epistêmicos, éticos e estéticos no campo das experiências e das identidades, bem como nas reiterações do colonialismo, que atravessou territórios, corpos, nervos ópticos e o invisível desejo (Ibidem).

A citação de Brah introduz uma leitura das experiências como lugar de produção de saber e de subjetividade, o que se articula diretamente à intenção do curso de situar o conhecimento nas trajetórias e visões de mundo das pessoas cursistas. A noção de experiência, é relacional: opera como um campo de inscrição política e de crítica epistemológica ao universalismo eurocentrado. Ao convocar Avtar Brah, a formação afirma um projeto de que sustenta a pluralidade das posições de sujeito na universidade, deslocando o eixo da neutralidade e reconhecendo as dimensões afetivas e corporais do aprender.

Tais escolhas teóricas se deram considerando a multiplicidade das pessoas cursistas, com repertórios variados e áreas de atuação distintas na universidade, o que demandava uma base ampla, inclusiva e atenta aos saberes e trajetórias de cada sujeito. A equipe executora almejava que os conteúdos fossem relevantes e instigassem a curiosidade e o engajamento crítico. Em relação aos objetivos, destacam-se os seguintes pontos:

Promover ciclos de debates sobre ações afirmativas que envolvam questões atravessadoras das relações étnico-raciais, gênero e sexualidades; formação e aquisição de vocabulário em torno de temas que circundam relações étnico-raciais, gênero e sexualidades compatíveis com a agenda global; ampliação de referências teórico-conceituais em torno das relações étnico-raciais, gênero e sexualidade no Brasil e no mundo; promoção da saúde mental de técnicos, docentes e estudantes; redução das desigualdades estruturais que permeiam as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade no contexto universitário; discussão sobre racismo no Brasil contemporâneo; reflexão sobre desigualdade de gênero e mecanismos de reprodução do patriarcado; proposição de ações afirmativas e igualitárias que melhorem o ambiente de ensino-aprendizagem (Ibidem).

A presença reiterada de termos como “ações afirmativas”, “redução de desigualdades” e “ambiente de ensino-aprendizagem” acentua o esforço de centrar o curso em uma política institucional e pública de formação cidadã, ao mesmo tempo em que é reafirmado o papel da universidade como agente de transformação social. A dimensão ética, aqui entendida, é indissociável da pedagógica: a formação se faz como prática de cidadania.

Uma preocupação constante da equipe foi promover um espaço seguro para estimular o aprendizado, enfatizando que uma formação antirracista, sintonizada com a equidade de gênero e à diversidade sexual, contribuiria para nossa transformação enquanto indivíduos, refletindo em nosso exercício profissional. Isso contribui diretamente para uma universidade diversa, plural e aberta ao mundo. Internamente, também permitiria o desenvolvimento de ferramentas para lidar com situações que violem princípios éticos do serviço público. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (1994) preconiza que são deveres fundamentais do servidor público:

G) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral (BRASIL).

Essa premissa ética orientou o desenho do curso, sua justificativa, fundamentação teórica e objetivos. A inserção do Código de Ética, em meio às reflexões teóricas e políticas,

evidencia o modo como se buscou articular princípios normativos e perspectivas críticas, deslocando a ética de uma mera formalidade burocrática para uma prática situada e relacional. Assim, a capacitação afirma a ética como exercício de alteridade, atenção e responsabilidade; dimensões indispensáveis para uma pedagogia da diversidade. A proposta partiu do reconhecimento de que a universidade pública tem papel decisivo na promoção de uma cultura de respeito e de responsabilidade ética, princípios que orientam o serviço público e a convivência democrática.

Nesse sentido, o curso reafirma os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), que compreende a qualificação das servidoras e servidores para além do aprimoramento técnico, buscando o desenvolvimento de competências sociais, éticas e relacionais. A convergência entre justificativa, objetivos e metodologia se evidencia na indissociabilidade entre a intenção formativa: ao enfrentar desigualdades estruturais e promover práticas inclusivas na universidade; nos conteúdos programáticos dos quatro módulos, que abordam gênero, sexualidade, raça, mídia e educação; e a metodologia participativa adotada, baseada em aulas síncronas, fóruns assíncronos e atividades reflexivas que estimulam a troca de experiências entre as pessoas cursistas. Essa articulação conferiu consistência teórica e aplicabilidade prática ao curso, situando-o como ação de formação continuada orientada pelas diretrizes institucionais da UFRJ e pela PNDP.

Ao fortalecer a reflexão crítica sobre diversidade e direitos humanos no ambiente universitário, o curso também se insere em um cenário mais amplo de disputas políticas e culturais que, especialmente nos últimos anos, têm tensionado a presença de estudos e práticas voltadas às questões de gênero e sexualidade nas instituições educacionais. Na próxima seção serão apresentados com um maior detalhamento o conteúdo programático, a metodologia e a avaliação proposta para as pessoas cursistas. E, na última seção, a percepção das pessoas servidoras concluintes.

4 PERCURSO FORMATIVO: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E AVALIAÇÕES

O curso foi estruturado em quatro módulos interdependentes, concebidos de modo a articular teoria, prática e reflexão crítica sobre as relações entre gênero, raça, sexualidade e políticas públicas no contexto universitário. A organização modular buscou garantir progressão conceitual e articulação entre os conteúdos, permitindo que cada etapa contribuísse para a consolidação de um repertório teórico e metodológico comum entre as pessoas cursistas.

O primeiro módulo, “Gêneros e sexualidades na universidade: perspectivas teóricas”, introduziu conceitos fundamentais das teorias feministas, queer e decoloniais, enfatizando a historicidade das categorias de gênero e sexualidade e suas implicações para o campo das políticas educacionais. As discussões se apoiaram em autoras e autores como Judith Butler, Lélia Gonzalez, Paul B. Preciado, Suely Carneiro e Michel Foucault, articulando suas contribuições à experiência universitária brasileira contemporânea.

O segundo módulo, “Mídia e diversidade: representação, mercado e disputas de narrativas”, analisou criticamente as formas de representação de grupos subalternizados nas mídias massivas, com ênfase nas estratégias discursivas que sustentam ou tensionam os regimes de visibilidade hegemônicos. As atividades envolveram leituras dirigidas e análises de produtos culturais audiovisuais, como filmes, séries, videoclipes e podcasts, com o intuito de desenvolver a capacidade analítica e o reconhecimento de narrativas contra-hegemônicas.

O terceiro módulo, “Políticas de representação e cultura visual”, aprofundou o debate sobre visualidade, interseccionalidade e imaginário social, articulando autoras como Angela Davis e bell hooks às produções contemporâneas da cultura visual. As discussões abordaram o feminismo negro e suas implicações políticas e pedagógicas, o conceito de racismo estrutural e as expressões estéticas de resistência, como as afrofabulações e o afrofuturismo.

O quarto módulo, “Educação e saúde em uma perspectiva antirracista”, propôs o diálogo entre educação, saúde e direitos humanos, discutindo práticas de formação comprometidas com o cuidado e com o combate às desigualdades estruturais. As atividades foram conduzidas de modo a aproximar a teoria das experiências profissionais das pessoas cursistas, estimulando a elaboração de práticas institucionais sensíveis às questões raciais e de gênero.

A metodologia combinou momentos síncronos e assíncronos, organizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA/UFRJ). As aulas ao vivo tiveram caráter dialógico, destinadas à apresentação dos temas e à discussão coletiva dos textos. As atividades assíncronas, compostas por fóruns, leituras orientadas e exercícios reflexivos, incentivaram a autonomia das pessoas cursistas e a articulação entre seus contextos de trabalho e os debates teóricos. Essa combinação de práticas buscou favorecer um processo formativo horizontal, no qual o conhecimento se construiu a partir da escuta, da troca e do compartilhamento de experiências profissionais e subjetivas.

A avaliação das pessoas cursistas foi concebida como parte do processo de estudo, centrada na aquisição de vocabulário e a possibilidade de multiplicação e ação no ambiente de trabalho. A participação ativa nas discussões síncronas e nos fóruns assíncronos foi considerada

um critério central, por evidenciar o engajamento no debate e a capacidade de dialogar criticamente com os conteúdos. Ao término de cada módulo, foi solicitado um breve ensaio analítico, de duas a três páginas, que permitisse observar a compreensão dos conceitos trabalhados, a capacidade argumentativa e a incorporação de um vocabulário técnico e político consistente. Também foi acompanhada a frequência de acesso e interação no AVA, entendida como indicador de continuidade e envolvimento com o curso.

Essa estrutura metodológica e avaliativa reafirma o compromisso do projeto com uma formação que conjuga teoria e prática, sustentada por uma perspectiva ética e socialmente referenciada. Ao situar as discussões de gênero, raça e sexualidade como dimensões centrais da vida universitária, o curso aponta para a universidade pública como espaço articulador para a redução das desigualdades históricas e de produção de saberes comprometidos com a democracia. Novamente, essa dimensão formativa torna-se indispensável quando observado o contexto político recente, marcado pelo avanço de discursos conservadores e por tentativas de cerceamento das abordagens críticas nas instituições educacionais.

5 PERFIL E PERCEPÇÃO DAS PESSOAS CURSISTAS

Como mencionado no início do artigo, o curso de capacitação ofertou 50 vagas, das quais 30 foram preenchidas. Ainda que não tenha atingido o total disponibilizado, a equipe considerou a procura satisfatória. Desses 30 inscritos, 23 eram servidores técnico-administrativos em educação e 7 docentes do magistério superior. Entre os participantes, 21 se identificaram como homens cisgênero e 9 como mulheres cis. A ausência de pessoas trans entre os servidores reflete a exclusão estrutural que essa população enfrenta no acesso ao serviço público e à formação universitária. A predominância de mulheres pode indicar uma maior disposição feminina a participar de debates sobre diversidade, enquanto a adesão masculina, embora minoritária, mostra abertura para o tema. A maior presença de servidores TAE também está relacionada à política institucional de progressão funcional, que reconhece cursos de capacitação como parte do desenvolvimento na carreira. Ao final, dez servidores concluíram integralmente as atividades.

As autoavaliações evidenciam transformações perceptivas e éticas resultantes da formação. Uma pessoa servidora, com mais de trinta anos de atuação na universidade, relatou:

Gostaria de iniciar minha “auto” avaliação agradecendo a oportunidade de ter podido participar desse curso, que dentro dos meus 33 anos como servidor da UFRJ não houve nenhum outro tão ao largo de toda minha formação acadêmica e cursos tradicionais em engenharia ou gestão pública que realizei. Ter participado do curso foi a real chance de reavaliar alguns conceitos e repensar algumas ações pessoais dentro do meu local de trabalho que para mim não existiam, pois já me considerava sem preconceitos em todos os campos, da diversidade de gêneros, da raça, cores e tantas outras questões que tendem a segregar e “qualificar” cada um de nós. Na verdade, percebi que haviam sim... pequenas ações, atos ou mesmo piadas que de alguma forma consolidavam ainda mais o racismo estrutural sem que percebêssemos e no final acho que posso sintetizar na frase de que “Não importa se você não é racista, mas sim se você é antirracista”. Essa frase nos transporta a um pró-atividade necessária em nossas vidas em todas as esferas do preconceito possível, principalmente dentro da universidade, onde percebi que é o local que orbitam todos os gêneros, cores e raças dentro da mesma construção que é o saber, local da discussão de tudo que precisa ser ponderado em nossa sociedade, nosso berço do conhecimento (concluinte 1).

Esse excerto expressa uma revisão de condutas cotidianas e um deslocamento de postura, indicando o alcance do curso no plano subjetivo e relacional. A formação se configurou como um espaço de aprendizado ético e de reconhecimento da própria implicação nas estruturas de desigualdade que permeiam o ambiente universitário. Já outra pessoa cursista observou:

o que mais me marcou ao fazer o curso foi perceber a mudança de olhar que tive em relação a representatividade étnico-racial na TV, em filmes, propagandas, livros, etc. Eu já estava querendo estudar mais sobre essa questão, tanto que me interessei em fazer o curso, mas o exercício de questionar essas representatividades nas mídias é algo que vou levar para vida após o término do curso. Uma das coisas que mais tive dificuldade ao longo do curso foi pensar formas de como transformar meu local de trabalho para ser mais inclusivo. Como trabalho em laboratório, o ambiente possui normas e especificações que dificultam mudanças e por isso a última aula do último módulo pra mim foi importantíssima para eu aprender a como pensar em formas de fazer isso. Anotei todas as dicas que foram dadas. Agradeço muito por elas! Me surpreendi com o conteúdo dado no curso. Achei a bibliografia muito boa e as aulas foram muito bem apresentadas. Gostaria de ter participado mais nas aulas, mas infelizmente a timidez me trava nesse aspecto e é algo que preciso aprender a lidar melhor no futuro. Por último, agradeço a todos os professores por oferecer o curso e pela oportunidade de poder participar. Só consigo imaginar o trabalho que deve dar organizar um curso com encontros semanais remotos e num período tão estressante pelo que estamos passando. O curso foi ótimo e estão todos de parabéns (concluinte 2).

A fala evidencia a articulação entre teoria e prática. O curso além de ampliar a capacidade crítica em relação às representações culturais, incentivou o planejamento de ações inclusivas em contextos institucionais específicos. Entre as manifestações recorrentes está o reconhecimento da relevância da experiência como um processo de revisão pessoal e de aprimoramento da escuta. As pessoas participantes afirmaram ter se tornado mais atentas às

dinâmicas discriminatórias presentes na rotina universitária e mais dispostas a intervir diante delas. Em outro depoimento, uma pessoa servidora destacou a relação entre o aprendizado e o compromisso com a implementação de políticas públicas:

Todos os temas foram tratados pelos profissionais com altíssima competência. Os conteúdos viabilizaram a problematização acerca de questões que estão presentes no cotidiano de trabalho e na vida privada, possibilitando a identificação e revisão de posturas discriminatórias. Também despertou e apontou caminhos para trazer/ampliar nos espaços de trabalho da universidade, a discussão sobre diversidade de gênero, igualdade racial e contribuir para a desconstrução padrões preconceituosos, de reprodução de falas e práticas excludentes e desagregadoras. Particularmente, levo comigo o compromisso de incluir a discussão sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra, nos processos de ensino-aprendizagem dos quais participo como tutora e como preceptora de graduandos e residentes multiprofissionais, bem como propor a inclusão desta política pública como referência bibliográfica no edital da 2a etapa da seleção para a (nome do edital). Considero ainda ser possível na unidade em que trabalho como gestora, desenvolver estratégias que garantam a discussão desses temas com as equipes dos setores que têm como função a facilitação do acesso dos usuários à instituição, com o objetivo de reduzir as barreiras. E introduzir os referidos temas no planejamento dos processos de cuidar das equipes assistenciais, igualmente com o intuito de reduzir barreiras e garantir atenção humanizada e igualitária aos sujeitos. Agradeço e parabenizo a toda equipe envolvida com o curso e reivindico que seu conteúdo e forma sejam multiplicados para que alcancem o maior número de TAEs pelo Brasil (concluinte 3).

A incorporação dos conteúdos à prática profissional indica o possível alcance institucional da formação, revelando como a abordagem interseccional de gênero, raça e sexualidade produz efeitos concretos nos modos de gestão e cuidado. Outros depoimentos reforçam o caráter transformador da experiência:

Avalio a experiência como algo inovador e transformador, estando muito grata pela oportunidade. Agradeço por todas as indicações bibliográficas, as quais me ajudarão muito, e pela oportunidade de ter contato, debater e refletir sobre questões tão essenciais para nós, enquanto sociedade e seres humanos (concluinte 4).

Escolhi fazer este curso por acreditar que ele me possibilitaria conhecer e aprender mais sobre a diversidade, sobre a nossa própria Universidade e como aquela é tratada e vivida nesta, o que me capacitaria a agir propositivamente, tanto social (familiares e amigos) e institucionalmente. Felizmente, tenho uma experiência positiva; estou lotada em uma unidade cuja direção geral é receptiva à iniciativas que promovam o envolvimento e a participação do corpo funcional em ações direcionadas aos assuntos aqui abordados. [...] Retomando o propósito que me trouxe até aqui, posso afirmar que o objetivo foi alcançado! O curso atendeu às minhas expectativas! O conjunto de instrutores/expositores, apropriados de um conhecimento consistente, de qualidade e absolutamente conectado com a lamentável realidade com a qual

lidamos - onde ainda prevalecem a desigualdade racial e os diversos tipos de preconceito, o conteúdo programático, a rica bibliografia e todo o material disponibilizado, são exemplos da qualidade do cuidado dispensado ao planejamento, organização e execução do curso, dessa forma, efetivamente oferecido! Lamento não ter podido participar online de todas as aulas, mas mesmo assim, conheci e aprendi o suficiente para saber que ainda há muito por conhecer e aprender, o que por si só, já está me auxiliando a ser uma pessoa melhor e, por extensão, uma servidora ainda mais consciente, comprometida, ativa e atuante (concluinte 5).

As falas evidenciam a experiência formativa como espaço de reflexão coletiva e de ampliação do repertório teórico e sensível. O curso aparece como um campo de reconhecimento mútuo e de reconfiguração do olhar sobre a universidade.

Ouvir vocês sobre normatividade, gênero, sexualidades, relações étnico-raciais, colonialidade, processos de descolonização, representatividade e antirracismo me deu forças para questionar o “neutro” e o “universal”, para sentir minhas próprias responsabilidades e para pensar melhor (e enfrentar) os assédios do cotidiano. [...] Perguntar sempre é bom. Melhor ainda quando aprendemos a perguntar. E o curso Diversidade na Universidade me levou a perguntar mais (concluinte 6).

Essa formulação sintetiza o movimento de desnaturalização que o curso promoveu, estimulando o pensamento crítico e a produção de perguntas sobre a própria prática e sobre os regimes de poder que sustentam as desigualdades. Do questionamento ao “neutro” e o “universal”, na revisita de práticas acadêmicas, na formulação de perguntas que desestabilizam hierarquias implícitas: essa dimensão reflexiva reforça a vocação do curso como espaço de engajamento e reavaliação. Os depoimentos também registraram a importância de nomear o que antes se mantinha fora do discurso:

Esse curso foi excelente. Um dos principais motivos foi a forma aberta de falarem em todos os assuntos, nos fazendo refletir em temáticas e problemáticas que muitas vezes por não sofrermos na pele não paramos pra analisar ou mesmo perceber que está ocorrendo ao nosso redor. Muitas vezes nas aulas me deparei com relatos e situações citadas que já pude vivenciar mas não haviam me chamado atenção por estar normalizado em nosso subconsciente e cultura corporativa e social. E dessa forma pude parar e pensar no que faria nessas mesmas situações futuramente a partir do que aprendi no curso. Acho que essa chamada de atenção, “puxões de orelha” são formas de nos atentarmos mais, sermos mais empáticos com as situações que afeta o “outro” e não apenas a mim e irmos nos transformando como servidores, cidadãos e seres humanos melhores. Tentarei ser mais ativa quando tiver ações em meu local de trabalho e criar situações onde possa promover o diálogo e a reflexão entre os meus colegas servidores e também com os discentes que lá convivem, dessa forma possamos prevenir situações de constrangimento e ou preconceito com quem quer que seja (concluinte7).

Os autoexames indicam, ainda, a consciência de que a universidade é simultaneamente um lugar de reprodução e de enfrentamento das desigualdades. A formação foi percebida como oportunidade de reposicionar a instituição em relação à sua função social e ao compromisso com o acesso e a permanência de grupos historicamente excluídos. As falas das pessoas concluintes enfatizam o desejo de difundir as discussões em suas unidades e a necessidade de continuidade de ações formativas com o mesmo enfoque. Há também o reconhecimento de que o aprendizado adquirido no curso amplia o horizonte ético do serviço público, reforçando a importância de políticas de inclusão e de práticas antidiscriminatórias. A prática foi compreendida como um exercício de percepção e sensibilidade, contribuindo na observação de comportamentos naturalizados no ambiente de trabalho. Outros depoimentos reforçam a relação entre diversidade, cidadania e compromisso institucional:

Inscrevi-me no curso Universidade para a diversidade: relações étnico-raciais, gênero, sexualidades e cidadania justamente por entender e reconhecer a Universidade como local de pluralidade e por admitir a urgente necessidade de aprimorar o meu trabalho no atendimento e acolhimento de indivíduos oriundos das mais diferentes classes sociais, etnias, credos e orientações sexuais, respeitando suas particularidades e criando um ambiente que valorize cada indivíduo, independentemente de suas características ou histórias de vida. E hoje, após a exposição de tantos temas interessantes, sinto-me menos desinformado e mais atento às questões que envolvem a democratização do ambiente universitário e sua transformação gradativa em um local de ampla expressividade de todos, sem exceção. Respeitar as diferenças - e principalmente trabalhar em prol da disseminação dessa prática - é o caminho que acredito ser o correto para compormos uma sociedade democrática de fato, sociedade essa que só se constitui quando cada indivíduo é respeitado em suas diferenças e particularidades, quando todas as vozes são igualmente ouvidas em seus anseios e histórias de vida, permitindo, assim, a construção de um mundo mais justo e igualitário. Agradeço a cada um de vocês, por cada módulo apresentado, contribuindo e muito para o meu conhecimento e minha prática profissional (concluinte 8).

Sinceramente espero que todas as reflexões trazidas ao longo das aulas me façam mais sensível não só com o público com quem eu normalmente lido no meu local de trabalho na universidade, mas me faça uma pessoa menos dona da verdade e que tenta se desconstruir a medida que vai conhecendo com mais amplitude toda a riqueza que há na esfera da diversidade de gênero, sexualidade e diversidade. Novamente, agradeço por esse presente que foi esse curso e contem comigo para divulgar suas futuras edições (concluinte 9).

É preciso ressaltar a importância de se trabalhar a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, ou seja, abordar de forma conjunta os problemas da misoginia, homofobia e do racismo na nossa sociedade. Não podemos negar a existência dessas questões, muito pelo contrário, precisamos cada vez mais incluir e unir esses debates, para que tenhamos uma universidade cada vez mais unida, harmoniosa e plural. Portanto, todos nós como servidores da UFRJ temos o dever de implementar

políticas de inclusão para as pessoas excluídas, incluindo também o deficiente físico que por muitos é esquecido e também discriminado. Além de tudo, me comprometo como pessoa branca a ser antirracista e combater esse preconceito absurdo que tanto mata e corrói a nossa sociedade (concluinte 10).

Essas falas colocam em cena a formação como um espaço de responsabilização e compromisso coletivo. A transformação pessoal é associada à atuação cidadã, e o conhecimento sobre diversidade é percebido como fundamento para práticas institucionais mais justas e humanas. De modo geral, as percepções das pessoas cursistas demonstram que o curso atingiu seus objetivos pedagógicos e políticos. O desenho metodológico, fundamentado em leituras críticas e atividades interativas, estimulou o diálogo, a autorreflexão e a aplicação dos conteúdos à realidade de trabalho. A sinergia entre justificativa, objetivos e metodologias se manifesta nos resultados observados: o curso promoveu a revisão de práticas, o desenvolvimento de vocabulário crítico e o fortalecimento do compromisso ético com a equidade e o acolhimento na universidade pública.

Como é possível aferir nos discursos acima, o curso promoveu aprendizados efetivos, com uma bibliografia atualizada e que acrescentou conhecimentos aos servidores. Nas autoavaliações as pessoas cursistas mencionaram seus locais de trabalho e como poderiam aplicar as discussões realizadas ao longo dos quatro módulos. Contudo, optou-se por suprimir estas partes, para não possibilitar uma identificação. Os servidores realçaram a importância de uma formação que aborde aspectos de gênero, sexualidades e relações étnico-raciais, assim como são temas que efetivamente transformam o exercício profissional e colaboram para a construção de uma universidade inclusiva e democrática.

As apreciações dos participantes do curso "Universidade para a diversidade: relações étnico-raciais, gênero, sexualidades e cidadania" retomam, de forma reiterada, uma transformação pessoal e profissional experimentada durante a capacitação. Os excertos retirados das autoavaliações repercutem uma análise crítica das questões de diversidade e inclusão, demonstrando uma revisão consciente das próprias atitudes e práticas, tanto na vida pessoal quanto no trabalho. Vale destacar que as pessoas participantes expressaram o reconhecimento dos conteúdos para mudança de comportamentos inadvertidamente perpetuadores de desigualdades. A experiência foi descrita pela totalidade das pessoas concluintes como necessária para desnaturalizar conceitos e preconceitos. Também foi destacado nos depoimentos que, além de fornecer um embasamento teórico consistente, o curso ofereceu diretrizes práticas para efetivar mudanças consideráveis, refletindo uma percepção de que a capacitação estava implicada com a transformação social por meio da educação e

conscientização. Deste modo, novamente, é possível assinalar que o curso cumpriu seus objetivos iniciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso "Universidade para a diversidade: relações étnico-raciais, gênero, sexualidades e cidadania", ofertado aos servidores da UFRJ em 2020, se inseriu num campo de formação comprometido com o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam as instituições públicas brasileiras. Ao propor uma abordagem integrada entre relações étnico-raciais, gênero e sexualidades, o curso tratou essas dimensões como indissociáveis e constitutivas da vida universitária e do serviço público. Sua relevância decorre do modo como se articulou à missão institucional da universidade, compreendendo a formação continuada como prática de atualização ética, política e epistemológica.

A elaboração e a oferta do curso responderam a um contexto em que as universidades federais foram pressionadas por políticas de desmonte, subfinanciamento e perseguições aos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos. A formação, portanto, posicionou-se nesses campos de conhecimento, configurando-se numa ação pedagógica orientada pela defesa da autonomia universitária e da legitimidade dos saberes produzidos a partir das experiências de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a estrutura do curso foi pensada como uma forma de intervenção educacional institucional e de elaboração crítica.

As avaliações e depoimentos das pessoas cursistas denotam a eficácia dessa proposta. As falas demonstram processos de revisão de condutas, de deslocamento de perspectivas e de reconhecimento do caráter estrutural das desigualdades raciais e de gênero. A articulação entre justificativa, objetivos e metodologias torna-se perceptível na maneira como a capacitação engendrou fundamentos teóricos e experiências práticas, produzindo efeitos observáveis tanto na atuação profissional quanto nas dimensões pessoais relatadas. Essa imbricação aponta para uma formação além da transmissão de conteúdo, ao fomentar e constituir um exercício de pensamento e ação voltado à transformação das relações institucionais e interpessoais.

A capacitação foi guiada, assim, a partir da função social da universidade pública, ao sustentar uma política formativa baseada na diversidade e na equidade. Seu alcance reside tanto nos resultados imediatos, como na constituição de uma cultura institucional sensível às diferenças e atenta às violências simbólicas que perpassam o cotidiano do trabalho. A iniciativa contribui para promover uma cultura organizacional na UFRJ que compreende a erradicação

das desigualdades como princípio estruturante de sua qualidade acadêmica e de sua relevância social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAH, Avtar. Identidade, diferença e diferenciação. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso 09 jul 2025.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso: 01 nov 2025.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**.3^a ed. London: Taylor & Francis, 2011.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LOPES, F. T.; COSTA, A. de S. M. da. Exílio político no contexto do Brasil pós-2019: história do destrero e do trabalho existência/resistência de uma intelectual brasileira.

Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 307–324, 2021. DOI: 10.1590/1679-395120200038. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/83238>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MELLO, L; BRITO, W; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**. 2012 Jul (39): pp. 403–29.

_____ ; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 132-160.

MENEZES, Carlos André Araújo. **Expressões de uma “vingança adiada”**: o kit gay e a mamadeira de piroca como movimentos performativos na linguagem. 2024. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/20018>. Acesso: 04 nov 2025.

PINHEIRO-MACHADO, R. Fuga de cérebros e autoexílio: governo Bolsonaro reacende o trauma da ditadura. **The Intercept Brasil**, agosto, 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/08/05/fuga-de-cerebros-e-autoexilio-governo-bolsonaro-reacende-o-trauma-da-ditadura/>. Acesso: 01 nov 2025.

RIBEIRO, V.; TORQUATO, C.; SALES, M.; SOUSA, A. L. proposta de criação do curso **Universidade para a diversidade**: relações étnico-raciais, gênero, sexualidades e cidadania, PR-4/UFRJ, não publicado.

ROMANCINI, Richard. Do "Kit Gay" ao "Monitor da Doutrinação": a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, p. 87-108, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628>. Acesso: 04 nov 2025.

RUBIN, Gayle. "Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade". **Cadernos Pagu**, n. 21, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq=1. Acesso: 10 jul 2025.

VENCATO, A. P., & Corrêa Vieira, R. S. (2022). Uma Virada conservadora: pânico moral, mídias digitais, (des)ilusões e (des)afetos no Brasil dos anos 2010. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, 5(1). Disponível em <https://furg.emnuvens.com.br/reis/article/view/14035>. Acesso: 10 jul 2025.

Jornais

PINHO, Angela., Material que originou fake news sobre 'kit gay' apareceu em 2010, **Folha de São Paulo**, 05 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>. Acesso: 10 jul 2025.

Documentos consultados:

BRASIL. Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
DECRETO N° 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

PR-4/UFRJ. **Edital N° 262**, De 28 De Julho De 2020 Programa Anual de Desenvolvimento dos Servidores da UFRJ Submissão de Projetos. Disponível em: <https://desenvolvimento.pr4.ufrj.br/index.php/26-sefp/novidades/482-edital-cursos-2020>. Acesso: 04 nov 2025.

ENAP. Catálogo de Cursos da Enap. 2020. Disponível: https://desenvolvimento.pr4.ufrj.br/images/anexo-ii_catalogo-de-cursos-da-enap-2020.pdf. Acesso: 04 nov 2025.